



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais

Curso de Administração

Juliana Fernandes Rodrigues

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA - uma análise sobre suas falhas e benefícios para o
planejamento orçamentário familiar**

Belo Horizonte

2021

Juliana Fernandes Rodrigues

EDUCAÇÃO FINANCEIRA - uma análise sobre suas falhas e benefícios para o planejamento orçamentário familiar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Felipe José de Campos Machado

Área de Concentração: Finanças

BELO HORIZONTE

2021

RESUMO

O presente trabalho apresentado teve como objetivo analisar e compreender a importância da educação financeira na construção de planejamento orçamentário financeiro familiar. Para atingir este objetivo, a metodologia baseada na pesquisa qualitativa foi escolhida com o método exploratório, que permite a busca de novas informações a serem exploradas em pesquisas bibliográficas. Foram estudadas múltiplas referências para embasar o estudo, conceitos e fontes de informação, bem como entrevistas para o melhor entendimento do cenário de atuação da EF. A coleta de dados foi dada por uma entrevista semi estruturada com 6 pessoas que responderam perguntas baseadas sobre o tema educação financeira e o aspectos orçamento financeiro dentro de um contexto familiar. Apesar de os resultados apontarem para uma perspectiva favorável entre as pessoas entrevistadas e o conhecimento da EF, percebeu-se ainda que os entrevistados aplicam o conhecimento de forma muito superficial, abrindo brechas para algumas falhas que o conhecimento pleno da educação financeira não permitiria. O trabalho apresentado foi útil para entender a importância do orçamento familiar com base em trabalhos pesquisados e nas entrevistas aplicadas que foi a metodologia escolhida para este estudo.

Palavras-chave: Educação Financeira, Endividamento, Família, Orçamento, Planejamento.

LISTA DE ABREVIATURAS

EF – EDUCAÇÃO FINANCEIRA

ENEF – ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

POF – PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IPCA – ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO

CDI – CERTIFICADO DE DEPÓSITO INTERBANCÁRIO

CDB – CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO

SELIC – SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO E DE CUSTÓDIA

IPCM – ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

IOF – IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	6
1.2 JUSTIFICATIVA DE PESQUISA	7
1.3 OBJETIVOS.....	7
1.3.1 GERAL	7
1.3.2 ESPECÍFICOS	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	9
2.1.1 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	9
2.1.2 ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS.....	10
2.1.3 INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA GRADE CURRICULAR	11
2.2 O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO FAMILIAR	12
2.2.1 RECEITA.....	15
2.2.2 DESPESAS	16
2.2.3 INVESTIMENTOS	18
2.2.3.1 RENDA FIXA	18
2.2.3.2 RENDA VARIÁVEL	20
2.3 ELABORAÇÃO DE UM PLANEJAMENTO FINANCEIRO	21
2.3.1 EQUILÍBRIO FINANCEIRO	22
2.3.1.1 DÉFICIT	22
2.3.1.2 DÉFICIT	23
2.4 PLANOS PARA O PLANEJAMENTO FINANCEIRO.....	24
3 METODOLOGIA	26
3.1 ESTRATÉGIA E MÉTODO DE PESQUISA.....	26
3.2 UNIDADE EMPÍRICA DE ANÁLISE	26
3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	27
3.4 ESTRATÉGIA DE ANÁLISE DE DADOS.....	27
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	28
4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	28
4.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS INDIVIDUAIS	29
5 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS.....	37
ANEXO I – QUESTIONÁRIO	39

1 INTRODUÇÃO

Em 2010, foi criada a Educação Financeira (EF) enquanto conceito pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com o objetivo de introduzir na vida das pessoas, conceitos importantes que cercam o bom entendimento do funcionamento das atividades financeiras que, por consequência, impactarão o planejamento financeiro da população no futuro (CORDEIRO et. Al, 2018), começando, portanto, a modificar o cenário atual de dificuldades financeiras por parte da população brasileira.

A educação financeira tem o objetivo de facilitar e conscientizar a tomada de decisões referentes ao orçamento pessoal, gerenciando e utilizando seu dinheiro de forma correta e sensata (FERREIRA, 2017). Dessa forma, entra-se no conceito de planejamento, que é tão importante na construção de um patrimônio suficiente para viver financeiramente estável nos dias de hoje.

A busca pela qualidade de vida vem sendo objeto de debate em vários momentos da vida pessoal, e para que seja uma realidade, conceitos como “financeiro” entram em foco. Ser financeiramente estável demanda planejamento, controle e conhecimento sobre o mercado e suas diretrizes por volta do dinheiro. Conforme citado por MACEDO, 2007, a elaboração de um orçamento familiar ou pessoal não foge do modelo elaborado por pequenas empresas, sendo necessário fazer o levantamento do patrimônio por unidade, e depois, deve-se analisar o que é feito e o que pode ser feito com esse dinheiro (LUZ et Al, 2019).

Aos olhos de Macedo Jr. Em “*A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira*”, a dificuldade em se manter estável financeiramente impedem que o brasileiro passe por uma vida financeira tranquila sem ceder-se ao crédito bancário que é facilmente acessível, ou sem realmente criar um endividamento familiar (COLELLA et. Al, 2014).

1.1 Problema de pesquisa

Diante de um cenário brasileiro desorganizado financeiramente e com sérias instabilidades mundiais, alguns questionamentos devem ser feitos pelos brasileiros, tais como (RICO, 2019): o dinheiro é controlável? Como reduzir gastos desnecessários?

É importante questionar, levantar, perceber, e se possível propor melhores e mais viáveis soluções para otimizar os gastos dentro de uma perspectiva coerente com

o orçamento que será planejado, levando em consideração todos os gastos fixos, variáveis, instáveis e desecessários, que são fatores importantes e decisivos quando o brasileiro precisa colocar seu salário e seus gastos na ponta do lápis.

Sendo assim, o problema da pesquisa será de analisar quais são os principais desafios enfrentados na construção de um planejamento orçamentário familiar, e como alcançar os objetivos orçamentários com o auxílio da educação financeira?

1.2 Justificativa de Pesquisa

É importante mencionar nesta pesquisa todas as indagações da população, bem como os desafios e facilidades ofertadas num mercado tecnológico e acessível no quesito finanças, honrando o fato de que o brasileiro não foge à luta, e permanece correndo atrás de manter-se vivo, sempre na expectativa de melhorias que podem ser supridas e atingidas sob a perspectiva de uma educação financeira bem estruturada e contextualizada com os vários momentos que podem desestabilizar uma família se não tiver planejamento financeiro consolidado.

Nesse sentido, o projeto de pesquisa em questão faz-se necessário dado o fator alarmante de algumas famílias brasileiras que sofrem com a desordem financeira, sem o apoio dos órgãos governamentais, muitas vezes, mesmo com total capacidade de desenvolverem uma boa educação financeira.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar e compreender a importância da educação financeira na construção de planejamento orçamentário financeiro familiar.

1.3.2 Específicos

- 1 Analisar a importância da educação financeira para saúde financeira das pessoas e famílias brasileiras;
- 2 Explicar a importância do orçamento familiar;
- 3 Explicar através de uma pesquisa (pode ser qualitativa ou quantitativa) a

existência de relação intensa entre a falta da educação financeira e a desordem na montagem de um planejamento orçamentário;

- 4 Identificar através da pesquisa os principais pontos a serem trabalhados ao propor a elaboração de um orçamento familiar simples e efetivo;
- 5 Fornecer dados e soluções que possam auxiliar no planejamento rotineiro de gastos e patrimônios.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 Importância da Educação Financeira

Sendo tão falado pelos canais de investimento, bem como programas de TV, artigos acadêmicos e até mesmo nas salas de aula, a EF vem tomando total abrangência nos assuntos discutidos pela população. Entende-se por EF, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2005, que esta é um procedimento no qual as sociedades, bem como os indivíduos melhoram sua forma de compreender conceitos e produtos que relacionam-se ao conceito financeiro, que, de forma orientada e ciente, os indivíduos desenvolvam seus valores e as suas competências suficientes para que sejam pessoas mais conscientes das possibilidades e possíveis problemas financeiros, saber reverter alguma situação adversa e adotar outros tipos de atitude que proporcionem bem-estar e contribua com consistência na formação de seres humanos responsáveis, que se comprometam com o futuro (OCDE, 2005).

Dessa maneira, pode-se observar que o conceito de EF aborda um conjunto de habilidades e competências que são adquiridas por um processo de aprendizado relacionado ao dinheiro e suas variantes, que auxiliam na tomada de decisões financeiras, bem como transações e consumo que se relacionam com uma boa qualidade de vida, quando estes conceitos são administrados de forma assertiva (FERREIRA, 2017).

Controlar as emoções ao fazer uma compra significa que nada será comprado por impulso. Agir rapidamente é um fator dependente das emoções e faz sentir que existem formas de repor um dinheiro gasto posteriormente, fazendo com que as pessoas comprem coisas que não precisam. De acordo com Frankenberg (1999), o ser humano é dependente de fatores psicológicos, que são fatores que afetam de forma direta a relação entre o ser humano e o dinheiro. Por isso, a mente deve estar controlada para que o dinheiro e a mentalidade financeira também estejam. Essa relação é extremamente complicada, porque quando gatilhos ou incentivos emocionais são ativados, as pessoas agem de forma impulsiva, especialmente entre crianças e adolescentes que não possuem maturidade emocional 100% completa (VANDERLEY et al, 2020). A EF possui alguns pilares que giram em torno de diretrizes

de boas recomendações para a boa implementação desse tipo de conhecimento (SAVOIA, et al. 2007). No Brasil, a EF foi implementada através decreto nº 5685, de 2006 que previa constituição do Comitê de Fiscalização Mercados de finanças , e em seu primeiro artigo, este decreto já tem por objetivo a criação de um grupo de trabalho que, frente ao apoio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), seja criada uma estratégia brasileira de educação financeira (BRASIL, 2007).

Dessa maneira, preocupar-se com a criação de algumas estratégias mais formais, com objetivos claramente definidos e de forma específica ressalta um grande avanço para a Educação Financeira (CORDEIRO, 2018).

2.1.2. Endividamento das famílias brasileiras

A falta de gestão financeira adequada nas famílias brasileiras é um dos principais motivos de endividamento familiar, que é devido à falta de acompanhamento rigoroso para alocar os recursos financeiros da família e não ter um plano para evitar o endividamento. Hoje em dia, com o crescimento do consumo atraente, algumas pessoas impulsivamente consomem mais do que o necessário, devido ao fácil acesso ao cartão de crédito, por exemplo. Cerca de 40% dos consumidores brasileiros, com idade acima de 18 anos, estavam fortemente endividados em 2017 (SPC BRASIL, 2017). Há vários fatores comportamentais que incubam no início de uma dívida, por exemplo, a falta de um plano orçamentário, baixo índice de alfabetização, situação financeira, desequilíbrio emocional, etc. Um dos métodos mais usados para a formação de dívidas, é o famoso cartão de crédito. Quando uma pessoa não possui o valor à vista, o cartão pode ser um grande vilão nesse momento.

Conforme citado por Santos e Silva (2014), A gestão ineficiente e a supervisão ineficaz da alocação de recursos financeiros podem explicar parte da razão para o aumento do nível de endividamento de algumas famílias, o que atualmente indica um resultado orçamentário negativo.

No trabalho realizado no campo da economia, há três razões pelas quais uma pessoa passa a gastar mais do que sua renda: (i) baixa renda, portanto despesas básicas superiores à sua renda, (ii) alta renda, e nesse caso associado a um forte

desejo de consumo e (iii) falta de vontade de economizar (independentemente da renda) (MORAIS et al, 2019).

Foi estabelecida e desenvolvida uma escala de atitude de endividamento, especialmente para grupos de baixa renda no Brasil. Inclui três aspectos:

- a) ética social, envolvendo valores que afetam as atitudes individuais;
- b) preferência por tempo e consumo ou consumo retardado.
- c) O grau de autocontrole em relação à tomada de decisões financeiras.

Pesquisa realizada pelo SPC BRASIL (2017) mostrou que os consumidores estão atrasando mais contas como empréstimos, cartões de crédito e saques a descoberto, o que pode gerar juros e agravar ainda mais as condições financeiras relacionadas. Os cartões de crédito proporcionam-lhe uma experiência de gasto descontraída e confortável devido ao seu método de negociação simples e rápido. Transforma o desejo de necessidades urgentes no sentimento de que agora há dinheiro disponível para gastar dinheiro.

2.1.3. Inserção da Educação Financeira na Grade Curricular

Num cenário totalmente voltado para proporcionar uma boa educação financeira para a população, em 2010, foi implementada uma proposta representada pela ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira: a Educação Financeira (EF) dentro dos contextos acadêmicos. Nessa perspectiva, começa-se a pensar na razão crítica acerca do futuro que a Educação Financeira pode trazer, quando começa-se a pensar a longo prazo em assuntos financeiros.

Desde sua criação, em 2010, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) desenvolve um plano de educação financeira escolar. A primeira ação nesse sentido é a implantação de um programa piloto de educação financeira para o ensino médio, que contempla a formação de 1.200 professores. Em três semestres, livros didáticos foram desenvolvidos para 27.000 alunos e o assunto foi ministrado. A iniciativa foi avaliada pelo Banco Mundial e mostra que as capacidades financeiras e o comportamento melhoraram a economia dos alunos e os efeitos intergeracionais desses países melhoraram seus conhecimentos e comportamento financeiro, incluindo o aumento da poupança. Por outro lado, pesquisas mostram que os

comportamentos de consumo dos alunos relacionados ao uso do cartão de crédito são cautelosos.

Uma das principais conquistas da ENEF desde a sua constituição é a aprovação da educação financeira no BNCC em dezembro de 2017. Essa inserção é resultado de declarações de integrantes da Comissão Nacional do Enef (CONEF), que inclui o Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação (MEC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Banco Central do Brasil (BCB). O BNCC “obviamente estabeleceu um conjunto indispensável de métodos de aprendizagem que todos os alunos, crianças, jovens e adultos têm direito a obter. Com ele, as redes públicas e privadas de ensino e as instituições escolares podem agora desenvolver ou adaptar o seu Currículo e as sugestões pedagógicas tornaram-se obrigatórias nacionais referências”.

2.2. O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO FAMILIAR

É necessário que, para que as famílias sejam organizadas em quesitos financeiros, seja feito um planejamento orçamentário e, para que seja feito de forma eficiente e inteligente, é primordial conhecer a estrutura das receitas e das despesas mensais. Normalmente, as pessoas não possuem conhecimentos mais aprofundados destes temas, principalmente no que diz respeito às despesas, que precisam ser separadas em despesas fixas e em despesas variáveis. Como exemplo, pode ser citado como despesa fixa: aluguel, energia elétrica, contas de internet e telefone, etc. Já as despesas variáveis relacionam-se com viagens, consultas médicas, lazer e alimentação. O levantamento destas despesas precisa ser feito com precisão e assertividade para que o planejamento corra bem (COLLELA et. Al., 2014).

Conhecer todas as variáveis da composição de um orçamento permite compreender o seu objetivo, e, por causa disso, começa-se a ter um parâmetro de construção de orçamento.

A respeito da importância de controlar corretamente as finanças, é válido ressaltar que o controle orçamentário permite que as famílias tenham maior perspectiva de futuro ao analisar seus resultados financeiros em determinado período, para planejar o futuro em condições realistas e mais coltadas ao

cumprimento das metas da família (SOUZA & RAMIRO, 2017). A realidade mostra que, sabendo ou não, muita gente não usará essas ferramentas para administrar suas finanças. Até porque, para atingir o equilíbrio financeiro, seus rendimentos devem ser rigorosamente controlados, o que exige esforço (TAVARES e MACHADO, 2007).

No entanto, não basta descobrir o que causa a dificuldade nas finanças, porque segundo Souza (2004), tem de haver um orçamento familiar real e usá-lo como um parâmetro de decisão sobretudo em como gerenciar adequadamente os ativos, tais como: formulário de compra, Investimento etc. (SOUZA, 2004)

Portanto, de acordo com Strate (2010), as famílias que gerenciam suas finanças são como uma empresa, todos devem se juntar a ela, porque se não houver interação entre os membros, todo o trabalho pode não ser executado corretamente. Então todos precisam estar cientes do seu papel a ser desempenhado nas finanças da família, a fim de que a situação financeira da família possa ser equilibrada. Portanto, Alves (2010) discute as seguintes questões: orçamento familiar, planejamento de finanças pessoais, equilíbrio financeiro fazem parte da vida de todos na famíliae, mesmo que haja poucos artigos, estudos, relatórios sempre haverá algo a acrescentar. Portanto, ainda que o tema seja esgotado, considerando complexidade e amplitude ” (ALVES, 2010, p. 10), há que se trabalhar interessado em se tornar mais uma fonte de conhecimento para que esse conhecimento seja utilizado a fim de alcançar um equilíbrio entre receitas e despesas. (ALVES, 2010)

Outro ponto bastante importante é o orçamento doméstico familiar. Orçamento doméstico é a organização das receitas e despesas de forma sistemática para que se consiga visualizar as finanças e tem como objetivo servir de embasamento para o planejamento das finanças pessoais.

“ O orçamento doméstico é o planejamento das despesas e receitas de uma família ou indivíduo, desenvolvido através da organização e controle constantes com o intuito de proporcionar o equilíbrio financeiro. O registro eficiente do fluxo de caixa, ou seja, dos gastos e rendimentos mensais determinará os parâmetros a serem alcançados”. ORÇAMENTO (2009, p.9)

O orçamento familiar pode ser definido como uma planilha que registra todas as despesas e despesas familiares, mesmo as variáveis e consideradas

insignificantes, destinada a fornecer um panorama da vida econômica e dos hábitos familiares (HALLES et al, 2007).

Ainda se pode definir orçamento doméstico como a utilização que uma família faz do dinheiro mensal. O orçamento familiar visa evitar gastos e / ou responsabilidades desnecessárias e planejar o uso do dinheiro dentro de um determinado período de tempo. Cuidar do orçamento familiar pode ser o primeiro passo para economizar e conseguir o que deseja. Esta é uma forma de reduzir despesas redundantes ou verificar se as despesas são incorridas de forma normal (TEIXEIRA, 2005).

Segundo Teixeira (2005) pode servir como uma ferramenta para atingir o planejamento financeiro e “deve ser o retrato das Receitas e Despesas de todos os membros envolvidos na vida cotidiana do lar” (EWALD, 2003, p.9). Um orçamento escrito e formalmente organizado é apenas uma condição necessária para um plano financeiro satisfatório. Muitas pessoas chegam a definir um orçamento, mas desistem quando descobrem que ele não as satisfaz.

A melhor maneira de ganhar dinheiro na conta da família e fazer com que o seu salário seja mais alto do que o seu salário mensal é tentar fazer um orçamento familiar sólido para que você não gaste mais do que sua renda. Agora que a inflação está sob controle, até o governo já tem um orçamento do governo e conseguiu esse superinvestimento, que se refere a um saldo positivo onde a receita é maior do que a despesa (CARLOS, 2007).

Portanto, o orçamento familiar é o início de um processo sistemático e, para sua elaboração, podemos utilizar cadernos de papel, softwares, planilhas, produtos eletrônicos, etc. O importante é que represente a realidade da família. Portanto, segundo Ary Balddini e José Roberto (2007), deve-se começar pelo relato do lucro líquido e, em seguida, informar as despesas previsíveis, ou seja, aquelas de rotina. Para esta etapa, é importante que toda a família esteja envolvida. Gustavo destaca: “O envolvimento da família é planejamento orçamentário. O compromisso de todos é necessário para garantir sua eficácia do processo ”(Orçamento, 2009).” Tenha objetivos comuns e uma conversa franca. As questões financeiras da família são uma boa maneira de envolver a todos ”(TEIXEIRA, 2005).

Para a elaboração do orçamento, é interessante que seja dividido em categorias e conceitos de contabilidade de uso, como: origem e destino; receitas e taxas etc. de acordo com Ary Balddinie José Roberto (200), podemos usar as

seguintes categorias de despesas como um guia: manutenção da casa, comida, carro, saúde, lazer, roupas, finanças e tesouraria e diversos. Também mostramos outras classificações. Definido por Teixeira (2005) como: despesas fixas, flexíveis e diárias. (TEIXEIRA, 2005).

2.2.1 Receita

No que diz respeito ao âmbito pessoal, as receitas podem ser definidas como rendimentos que fazem parte do cotidiano das pessoas num tempo definido, que geralmente é mensal. Esse rendimento pode ser um salário, alguma comissão, prêmios, entre outros (Fundação Itaipu Brasil, p.5).

Para a elaboração de um orçamento, devem ser listadas todas as receitas da família, levando em consideração os gastos individuais e coletivos, bem como as suas fontes de renda fixa, porque é possível que existam outras fontes de obter-se rendas, que são extras ao salário, e essa é uma informação interessante, porque ter mais fontes de renda pode garantir não somente o dinheiro, mas traz a perspectiva da segurança e da prevenção de crises repentinas sobre a vida financeira de uma pessoa (LUZ, 2019).

Algumas fontes de renda são importantes para esse processo de maior controle financeiro. Serão listadas a seguir algumas das fontes, inclusive as que fazem parte do salário, mas também as que são provenientes dele.

Uma das principais fontes de renda extra são as provenientes dos investimentos. Estes, por sua vez, são aplicações de dinheiro poupado em fontes que tenham rendimento de juros ou alguma outra maneira de aplicar correções e remunerações, elencando o objetivo de investir em mais do que apenas manter um patrimônio, mas também saber multiplicá-lo. O tipo de investimento ideal é aquele que proporciona segurança para a pessoa que investe, também sendo suficiente para custear os seus planos e os seus objetivos. Para isso, deve-se conhecer o seu tipo como investidor, analisando quais são suas tolerâncias e intolerâncias com relação ao risco, além de também verificar qual é o melhor prazo de investimento, resgate e tempo de ação (LUZ, 2019).

No meio de todo esse processo, é importante que a família leve em

consideração qual será o retorno de tal investimento, já que, conforme o investimento for maior em quesito de tempo, maior será o risco de se perder alguma quantia, e para que isso se equipare, o momento do resgate deve ser atrativo, para que, de fato, o investimento valha a pena (LUZ, 2019).

Como fonte de recursos próprios, as pessoas geralmente podem buscar estas fontes no trabalho, tarefas que são realizadas com uma certa frequência, em contraste com um trabalho formal e com salário fixo, que possam ser um contraste benéfico no que diz respeito à obtenção de uma renda extra, por exemplo. Essa renda, além de apoiar indivíduos e famílias, pode ser usado como um recurso exclusivo para investimento com o objetivo de criar riqueza e fortalecer os bens pessoais e familiares (FARIA, 2008).

Como recurso de terceiros, existem empréstimos de bancos e instituições financeiras especializadas em negociação. Esta opção é selecionada quando a pessoa não possui recursos próprios suficientes para realizar seus investimentos, e por isso, não é a mais indicada, a não ser que seja, de fato, a única alternativa (FARIA, 2008).

2.2.2 Despesas

Após coletar toda a receita e suas fontes, ela será deduzida, discriminando esses recursos, dos custos incorridos para atender às seguintes condições de necessidade, seja um indivíduo ou uma família. As despesas devem relacionar todos os gastos de uma pessoa ou família durante este período, e isso também inclui aluguel, compras de supermercado, mensalidades, combustível etc (LUZ, 2019).

As despesas fixas:

São aquelas realizadas de forma constante ou habitual e podem ocorrer uma ou várias vezes ao mês, como aluguel, supermercado, água, luz, etc. Tendo conhecimento de sua ocorrência constante, podem ser previstas com antecedência com bastante exatidão (BUGARIM, et al., 2012, p. 44 e 45).

É possível verificar que as despesas como água, luz, dentre outras frequentes, podem ter algum tipo de variação em determinados períodos, mas, ainda assim, elas são fixas porque elas acontecem mensalmente e, com constância e até certa previsibilidade (LUZ, 2019).

Com relação às despesas variáveis, são reconhecidas por serem despesas que não acontecem com habitualidade, ou seja, são menos frequentes. Ainda de acordo com Bugarim et. Al (2012), por fim, as despesas eventuais são despesas “surpresa”, nas quais não podem ser previstas, geralmente não são planejadas e por isso, ocorrem com menos frequência. Alguns exemplos são as consultas ao médico, consertos e manutenção de automóveis, etc (LUZ, 2019).

Todas as despesas citadas acima, de acordo com o IBGE, numa Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), podem ser citadas como Despesas de Consumo, que são:

(...) despesas realizadas pelas unidades de consumo com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e desejos pessoais de seus componentes (...). Estão organizadas segundo os seguintes agrupamentos: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e outras despesas diversas. (IBGE, 2009, p. 27).

Levando em consideração o que foi citado acima, o consumo é, de fato, primordial para o cidadão e sua família. Por isso, ao se produzir um orçamento familiar, todas as necessidades básicas precisam ser colocadas em posição prioritária, agindo de acordo com as necessidades em hierarquia, e as outras são alocadas de forma sucessiva (LUZ, 2019).

O principal problema da inversão destas prioridades se dá ao fato da facilidade ao crédito ser abrangente e acessível à maioria das pessoas, e, neste contexto, o principal desafio da família e do indivíduo é distinguir o que é uma necessidade e o que não é. Essa distinção é baseada no desejo e é imprescindível para que as finanças pessoais não se tornem um problema na vida do ser humano (LUZ, 2019).

Segundo dados do Banco Central, o índice de endividamento das famílias

brasileiras, em 2013, era de 44%. Dessa forma, pode-se concluir que as pessoas tinham dívidas com os bancos em aproximadamente metade do que elas ganham. Ainda, é necessário enfatizar que o orçamento familiar é uma base sólida e eficiente para a estrutura de finanças de uma família, sendo importante que todos os envolvidos participem com seriedade e comprometimento (LUZ, 2019).

2.2.3 Investimentos

Em muitos aspectos relacionados à educação financeira, os indivíduos se sentem aptos a participarem de uma economia ou gestão financeira pela poupança, e, desta maneira, surge a necessidade de ter ciência dos tipos de investimento disponíveis. Segundo Portela e Santos (2018):

“o objetivo do investidor seria buscar a maximização dos retornos a um dado nível de risco ou a minimização deste a um dado nível de retorno”.
(PORTELA & SANTOS, 2018, p. 271).

Indivíduos bem educados financeiramente provêm de inúmeros benefícios, que podem ser profissionais ou pessoais, e desenvolvendo uma mentalidade de controle de gastos, os indivíduos possuem mais fácil acesso aos investimentos e a capacidade de prosperar entre seus objetivos pessoais/familiares (MELLO, 2020).

Existem, no geral, duas definições de investimento: os de renda fixa e renda variável. O primeiro relaciona-se com um fluxo mais bem definido, onde o investidor possui maior segurança sobre sua aplicação e o retorno que será gerado em determinado tempo. Já o investimento por renda variável possui uma maior variação da probabilidade de rendimentos futuros ou déficits em sua carteira (MELLO, 2020).

2.2.3.1 Renda Fixa

Os investimentos voltados para a renda fixa estão relacionados às pessoas que optam por pouco risco em suas tratativas financeiras. Neste tipo de investimento, o próprio investidor tem a opção de definir quanto será investido e também o prazo para retirada do valor investido. Inclusive, este procedimento se torna mais seguro porque o investidor já sabe, ao final do tempo combinado, qual será o valor retirado ao final do investimento, no ato da assinatura do contrato. O principal investimento em renda fixa que é aceito pelos investidores é a caderneta de poupança, que vem

sendo aceita por garantir uma rentabilidade mensal fixa, sem incidir o Imposto de Renda sobre os rendimentos, além da possibilidade de pequenos aportes de tempos em tempos, podendo ser remunerados a cada mês (LOVATO, 2011).

Segundo dados do Banco do Brasil, a característica mais marcante dos títulos de renda fixa é o estabelecimento de regras definidas de remuneração. Isso significa dizer que são títulos cujo rendimento é previamente estabelecido (juros prefixados) ou que precisam de indexadores (taxa de câmbio ou de inflação, taxa de juros, etc.). Uma das maiores vantagens que o fundo de renda fixa oferece é que, em geral, o investimento inicial é baixo, alguns fundos liberam um valor inicial para investimento de R\$100,00 embora, na maioria das vezes esses não sejam os melhores fundos apesar de entregarem uma liquidez diária (JARDIM, 2020).

Existem as taxas pré-fixadas e pós-fixadas no investimento em rendas fixas. Em um investimento a taxa de juros pré-fixada, o investidor já sabe com antecedência o retorno que receberá ao final do período de investimento. A taxa de juros é determinada no momento da assinatura do contrato e pode variar de banco para banco. Se os juros aumentam o valor dos títulos adquiridos anteriormente, muitas vezes não aumentam como os novos títulos, o que pode levar a perdas. Por outro lado, o investimento após uma taxa de juros pré-fixada associa sua rentabilidade a um determinado tipo de índice, por exemplo: taxa Selic, CDI, variação do IPCA ou IGPM mais um percentual. Vale ressaltar que as aplicações em renda fixa, sejam elas prefixadas ou pós-fixadas, não têm prazo mínimo obrigatório, porém, para investimentos inferiores a 30 dias, a taxa de retorno do IOF será utilizada para punir os investidores de curtíssimo prazo. As cadernetas de poupança e títulos vinculados ao financiamento imobiliário estão isentos desse imposto. Na hora de investir, a forma de cálculo dos juros sobre o principal do empréstimo é pré-determinada, que pode ser pré-fixada ou pós-fixada. O principal objetivo desses investimentos é permitir que bancos, empresas e governos obtenham recursos do público a uma taxa de juros mais baixa do que a captação direta de bancos. O objetivo da criação é obter recursos para financiar habitações populares, infraestrutura e saneamento básico, o valor arrecadado na caderneta de poupança é aplicado de acordo com as regras do BACEN, por ser um contrato de prestação de serviços entre o banco e o BACEN, define que todas as instituições seguem as mesmas regras (LOBATO, 2011).

2.2.3.2 – Renda variável

Ainda dentro do mercado financeiro existem as aplicações em renda variável. Nesta alternativa investe-se em ativos da bolsa de valores, mas que não garantem o valor de retorno do investimento ao final do mês e o investidor pode ganhar ou perder dinheiro. Neste cenário, a falta de perspectiva, o crescente desemprego e a indecisão política são facilitadores do acúmulo de investimentos em títulos de renda fixa nos últimos anos. No entanto a grande maioria dos brasileiros não conhece o mercado financeiro como deveria, saber dos seus principais riscos, a melhor maneira de investir dentro do seu perfil e os principais títulos disponíveis no mercado. (JARDIM, 2020).

Na renda variável, o mercado torna-se volátil, ou seja, os fundos investidos flutuam continuamente ao longo do dia, e a rentabilidade passada não pode ser garantida. Na lucratividade futura, existem aspectos relacionados à sorte ou ao risco que nunca devem ser ignorados (LOBATO, 2011).

O mercado de ações é dividido em um mercado primário, chamado IPO (initial public offer), no qual as empresas abrem o capital para obter os recursos necessários para financiar suas atividades e lançar seus ativos pela primeira vez. mercado e secundário, ou seja, a operação é realizada após a emissão no mercado primário. A negociação de compra e venda de títulos no mercado secundário ocorre em bolsa de valores, no caso do Brasil, a Bovespa é supervisionada pela agência de controle do mercado de valores mobiliários CVM. As ações representam uma pequena parte do capital social de uma empresa SA e ao adquirir ações, os investidores não tomam emprestado dinheiro da empresa, mas tornam-se seus sócios, e têm o direito de participar dos resultados. As ações podem ser:

- a) Ações ordinárias: garantem o direito de voto nas assembleias da sociedade, tendo o investidor a maioria das ações ordinárias da sociedade o direito de intervir no processo da sociedade;
- b) Prioridade: prioriza o reembolso do capital em caso de distribuição de dividendos ou liquidação de empresa investir. Eles não concedem direitos de voto (LOBATO, 2011).

A principal desvantagem de investir em renda variável são os custos de transação. Dependendo do volume de investimento e da corretora escolhida, podem

ser muito altos.

2.3 ELABORAÇÃO DE UM PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Um planejamento é uma ferramenta que oferece direcionamento, orientações e certo controle de quais são as providências e decisões a serem tomadas para que os objetivos de uma pessoa sejam atingidos. Nunca deve-se permitir que o futuro em quesitos financeiros seja despreparado pela pessoa e nem que seja jogado ao acaso. Preservar o capital adquirido é uma decisão imprescindível para que os orçamentos familiares se tornem estáveis e a sensação de segurança esteja presente (KRUGER, 2014).

O principal aspecto dentro de uma família para a realiação financeira de todos os integrantes é a união. Dessa forma, é importante que as famílias tenham em mente uma relação consolidada e blindada que permita passar por cima de algumas adversidades, e que, principalmente, nenhum limite financeiro seja excedido. Para começar o planejamento financeiro dentro de uma família, não é necessário muita coisa: fazer o devido acompanhamento de gastos, manter o hábito de fazer anotações constantes sobre todo o dinheiro que entra e que sai, além de desenvolver o hábito da disciplina, em cima de objetivos firmes que não permitam sair do que foi almejado pela família (KRUGER, 2014).

De acordo com EWALD (2004), o orçamento familiar geralmente é desconhecido ou negligenciado. Resultado: em muitas famílias, os gastos estão fora de controle e é comum ficar sem dinheiro antes do final do mês. Nestes casos, é recomendável trabalhar muito para desenvolver um orçamento. Há quem diga que o trabalho é árduo, pelas inúmeras dificuldades, e exige muita força de vontade e a participação consciente de todos os membros da família.

Muito da influência em termos financeiros vem do exemplo. Os pais agindo financeiramente são uma fonte de exemplo, a maturidade das finanças tem que ser muito bem definida em termos de treinamento. Este treinamento, como o próprio nome diz, não acontece de forma natural. A natureza humana, muito pelo contrário, tem o objetivo de satisfazer objetivos que são momentâneos. É preciso, portanto, decidir em cima de metas de resultados que são capazes de serem atingidos. Para tal, é importante saber como gastar, como ganhar e como investir (KRUGER, 2014).

2.3.1 EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Para que um orçamento seja feito e vivenciado dia após dia dentro de uma família, é muito importante que seja atingido, no mínimo o ponto de equilíbrio das questões financeiras, fazendo ser possível que as despesas sejam iguais às receitas. Essa situação, ainda assim, é incômoda, pois este tipo de planejamento não deixa faltar dinheiro, mas também não sobra nada. Em cada situação, há tipos de prioridades diferentes, objetivos, vontades, formas de lidar, etc. É importante que as despesas sejam calculadas previamente no objetivo de tornar os objetivos, sonhos alcançáveis. O estabelecimento de metas financeiras proporciona uma melhor contabilização dos gastos que serão realizados em cada meta, bem como o tempo de reposição do custo de cada despesa, o quanto será necessário poupar, dentre outras diretrizes decisórias para o sucesso orçamentário (COLLELA et. Al, 2014).

2.3.1.1 Déficit

Num contexto geral, o déficit pode ser definido como a quantidade que falta para completar um determinado número ou conta inteiros. Dessa forma, pode-se dizer que o déficit é que falta, a deficiência, o negativo. Mais de 60% da população brasileira encontra-se endividada no Brasil atualmente, de acordo com o SPC BRASIL. Além disso, 46,85 dos brasileiros que tiveram o nome sujo por conta do déficit em seus orçamentos pessoais e familiares começaram a controlar seus gastos (LOPES, 2012).

Existem várias pesquisas que apresentam resultados relacionados a dívidas como a pesquisa recente da ANEFAC (Associação dos Executivos de Finanças), 60% dos consumidores usarão o 13º salário para pagar dívidas já contraídas. Apenas 3% pretendem guardar o dinheiro extra. Outro exemplo é a Pesquisa de Endividamento do Consumidor que identificou que a taxa de inadimplência no período que compreende março e abril do ano de 2011 se encontra em 5,3% ao passo de que, em janeiro a março do mesmo ano, era 5,8%. Estes inadimplentes eram 57,1% homens, 86% na faixa de 16 a 44 anos e 66,7% com o segundo 2º grau completo ou incompleto, além de 42,9% com carteira assinada e 55,3% com renda de 2 a 5 salários mínimos.

Existem vários fatores atrelados ao endividamento e que “é sempre muito controverso” (ALVES, 2010) E segundo reportagem na Web site do G1 o Banco Central identifica que alguns indivíduos chegam ao endividamento devido ao consumismo.

Onde suas pesquisas apontam:

“A evolução dos empréstimos, em linha com gastos referentes a investimentos e consumo, segue impulsionada pela demanda intensa em 15 modalidades específica com crédito habitacional, (...) as operações para aquisição de veículos e credito consignado. (G1, 2010)”.

Conforme Alves (2010) existem situações que são comuns atualmente em relação ao endividamento como: dividas com cheque especial, cartão de crédito, empréstimo consignado, financiamento com veículos e com financiamento de imóveis.

2.3.1.2 Superávit

O superávit pode ser identificado após a completa elaboração do orçamento familiar. Muitas vezes, acontece de o superávit em um planejamento financeiro seja detectado pelo resultado positivo entre as receitas e despesas, e este deve ser sempre o objetivo a ser alcançado dentro de uma família, de forma a orientar os familiares sobre o compromisso que deve haver com as metas do planejamento orçamentário.

O superávit é uma das situações que podem ser identificadas posteriormente à preparação do orçamento financeiro. À medida que o fator de inflação é "aumentado com preços persistentes e universais, ou de outro ponto de vista, com a queda persistente do poder de compra do dinheiro "(Costa, 2011), não podemos deixar o dinheiro debaixo do colchão como fazíamos na época dos nossos avós. Portanto, precisamos aplicar esse dinheiro para que ele possa render e aumentar o capital de investimento. Cerbasi apud HALLES, SOKOLOWSKI, HILGEMBERG (2007, p. 2) chamou a atenção para " em nossa cultura, a obtenção de itens está associada à riqueza, esse é o objetivo principal. O planejamento familiar é o acúmulo de reservas para emergências, a parte inesperada da vida ". (HALLES, SOKOLOWSKI,

HILGEMBERG (2007)

2.4 PLANOS PARA O PLANEJAMENTO FINANCEIRO

A motivação está ligada ao mito de que deve se fazer o que se gosta para se sentir motivado. Muitos acreditam que, para ser feliz, a pessoa precisa estar necessariamente motivada. Administradores fazem altos investimentos em um ambiente de trabalho que ele acredite gerar satisfação e conforto a seus funcionários fazendo-os assim, estarem motivados. Trabalhar em um ambiente desconfortável pode sim ser desmotivador mas, o contrário não garante um funcionário motivado. Na vida pessoal acontece a mesma coisa. Quando uma pessoa atinge um determinado ponto de onde ela não consegue mais vislumbrar um horizonte a ser conquistado e se sente plena e totalmente realizada em suas conquistas, ela começa a desmotivar-se (CHRISTY, 2006).

Neste contexto, entram o planejamento familiar aliado aos investimentos. Investimentos também podem ser aquisições que se incorporam ao patrimônio familiar, geralmente sendo bens duráveis, como imóveis, veículos, máquinas, equipamentos etc (PIRES, 2007).

Muitas pessoas têm, como seu principal investimento, sua moradia, sua casa. Ter seu imóvel próprio é um sonho que acalenta as pessoas, que se justifica pela importância que têm para o ser humano o abrigo, sua privacidade, a segurança e a possibilidade de permanecer ali, com segurança pelo resto da vida e ainda deixá-lo como herança para seus filhos. Esta casa, portanto, carrega-se de valor afetivo, e fica difícil avaliar o seu benefício de compará-lo ao custo, na tomada de decisão entre comprar ou alugar, por exemplo. Do ponto de vista econômico, racional, é possível que haja situações em que morar pagando aluguel é melhor alternativa do que adquirir imóvel próprio. Por exemplo: se o valor necessário para comprar ou construir uma casa à vista proporciona um rendimento financeiro duas vezes maior do que o valor do aluguel, é claramente preferível alugar, pois com o rendimento será possível pagar o aluguel e economizar valor igual a ele. Este é um raciocínio pautado em investimentos a longo, média e pequeno prazos (PIRES, 2007).

Pode-se iniciar um investimento para comprar um carro. De acordo com o planejamento familiar determina-se quanto será disponibilizado mensalmente e em

quanto tempo a compra poderá ser efetivada. Ainda existe a possibilidade de simplesmente investir, sem objetivo final determinado. São formas de investimento, diferenciadas e que, a grosso modo, representam a realidade de cada família. (PIRES, 2007).

3 METODOLOGIA

3.1 ESTRATÉGIAS E MÉTODO DE PESQUISA

Com o objetivo de compreender e analisar a importância da EF na elaboração de um plano orçamentário, a pesquisa qualitativa foi escolhida com o método exploratório, que permite a busca de novas informações a serem exploradas em pesquisas bibliográficas.

A escolha está associada ao fato de que o estudo em questão busca compreender melhor um fenômeno e como estes fenômenos ocorrem, caracterizando a pesquisa qualitativa, que se interessa mais pelo processo em si, do que pelo produto final (KRIPKA et.al, 2015).

No que diz respeito à pesquisa exploratória, pode-se dizer que a mesma constitui-se pela busca de se conhecer com maior profundidade o assunto que está sendo tratado na pesquisa, com o objetivo de clarear as informações nele obtidas, bem como construir linhas de raciocínio que permitam melhor compreensão deste assunto (RAUPP et.al, 2003).

O método por pesquisa bibliográfica muitas vezes é confundido com revisão de literatura. Vale ressaltar que a revisão de literatura é a montagem de uma linha de raciocínio a ser estudada e é um pré-requisito para a montagem de qualquer pesquisa. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, implica no processo de escolha de procedimentos e estudos não aleatórios, para a montagem de uma trajetória em busca de soluções para o problema da pesquisa (LIMA & MIOTO, 2007).

3.2 UNIDADES EMPÍRICAS DE ANÁLISE

Com o objetivo de analisar a maneira com que a EF se relaciona com o planejamento orçamentário, bem como sua influência para tal elaboração, a pesquisa bibliográfica foi realizada de forma a compreender a versão de corretoras, escolas e até mesmo documentos informativos, na intenção de clarear a ideia do planejamento orçamentário em cima de informações e dados úteis para a organização de pensamentos relativos aos recursos financeiros de uma família. Dessa forma, foram estudadas múltiplas referências para embasar o estudo, conceitos e fontes de informação, bem como entrevistas para o melhor entendimento do cenário de atuação da EF.

Para a aplicação da entrevista, com o objetivo de entender o cenário de

atuação da EF e o entendimento do cidadão sobre o assunto, foi definida uma amostragem de 6 pessoas que foram entrevistadas e suas respostas foram analisadas sob as perspectivas da EF e seus conceitos básicos numa tentativa de evidenciar uma conexão entre as famílias brasileiras e a educação financeira que estas famílias possuem.

3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Para o método de pesquisa bibliográfica, foram analisados estudos com publicação aprovada em formato de artigos científicos, teses, revistas acadêmicas e até mesmo informativos oficiais, que são respaldados pela confiabilidade que lhes foi atribuída por uma universidade ou instituição de ensino.

A coleta de dados também utilizou uma entrevista semi estruturada com 6 pessoas que responderam perguntas baseadas sobre o tema educação financeira e o aspectos orçamento financeiro dentro de um contexto familiar.

O entrevistados são discentes casados recentemente da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, no Campus Praça da Liberdade, que podem ou não ter acesso privilegiado ao planejamento orçamentário, ou mesmo ciência do assunto. O objetivo foi buscar as informações com discentes que se casaram recentemente, com o interesse de analisar a construção de uma vida a dois, no quesito financeiro, buscando entender o modo de enxergar, posicionar e de agir destas pessoas no aspecto financeiro familiar.

3.4 ESTRATÉGIA DE ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram coletados por meio das entrevistas realizadas e foram analisados fazendo jus à ótica da EF e seus conceitos, bem como as aplicações ideais para um bom planejamento orçamentário. Ou seja, pretendeu utilizar dos ideais e métricas da EF para analisar a melhor maneira de “consertar” principais problemas que serão atribuídos à falta de EF, no decorrer da análise das entrevistas.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste capítulo em específico serão analisadas as respostas fornecidas à entrevista aplicada, que se encontra no anexo I, cujo tema principal é abordar como a educação financeira tem capacidade de embasar o planejamento orçamentário familiar, e como pessoas recém casadas possuem esse planejamento em seus lares.

O objetivo de se aplicar esta entrevista foi entender e descrever como funciona o pensamento de pessoas recém casadas no que tange ao planejamento orçamentário da família, além de entender qual é a percepção destes entrevistados acerca da influência da educação financeira neste planejamento. Outro objetivo importante é buscar dos entrevistados quais são suas falhas e quais são os benefícios de se aplicar este tipo de planejamento em sua família.

Foram entrevistadas 6 pessoas graduandas do curso de Administração de Empresas da Universidade Católica de Minas Gerais, campus Praça da Liberdade, cujo requisito primordial e seletivo é que estas pessoas sejam recém casadas. Além disso, foram escolhidos 3 homens e 3 mulheres, não casados entre si. A intenção foi de entrevistar somente uma das partes do casal. Procurou-se preservar a identidade dos entrevistados, mas outras informações como gênero, idade e tempo de casamento foram apurados para descrever melhor o perfil do entrevistado. Todas as entrevistas foram realizadas via ligação telefônica.

4.1 Identificação dos Entrevistados

No início da entrevista, 6 perguntas foram aplicadas para melhor caracterizar o perfil do respondente. Nestas perguntas, o que se buscou apurar foi: idade, período de curso de administração na PUC Minas, gênero, tempo de casamento, presença de filhos e/ou dependentes, e se os entrevistados moram com seus cônjuges ou não.

A entrevistada 1 tem 27 anos, cursa o quinto período do curso faculdade, é do gênero feminino, casada há dois anos, não tem filhos – e alega que nunca quis ter, ou seja, nunca houve este planejamento em sua vida, e mora sozinha com seu cônjuge no mesmo lar, mas possui um enteado que passa os finais de semana com o casal.

A entrevistada 2 tem 35 anos, cursa o sexto período do curso, é do gênero feminino, casada há 8 meses, não tem filhos, mora sozinha com seu cônjuge no mesmo lar, e não possui nenhum dependente em seu lar.

O entrevistado 3 possui 19 anos, cursa o terceiro período do curso, é do

gênero masculino, casado há 6 meses, sua esposa está grávida de 7 meses, e este é o primeiro filho de ambos. Atualmente, o casal reside no mesmo lar, juntos, sem nenhum outro dependente, além do filho que está a caminho.

O entrevistado 4 possui 37 anos, cursa o sétimo período do curso, é do gênero masculino, casado oficialmente há 5 anos, mas alega viver em união estável com sua esposa há 6 anos, totalizando 11 anos de casados. O casal possui um filho de 2 anos de idade, e residem no mesmo lar o entrevistado, sua esposa e o filho do casal, sem nenhum outro dependente na família.

O entrevistado 5 possui 30 anos, cursa o oitavo e último período da faculdade, é do gênero masculino, possui 5 meses de casado, não possui filhos e mora sozinho com sua esposa, sem a interferência de nenhum dependente na família.

Por fim, a entrevistada 6 possui 18 anos, cursa o segundo período da faculdade, é casada há 2 meses, não possui filhos e mora junto com o seu cônjuge, mas possui como dependente sua mãe, que mora no mesmo lote que o casal e depende da ajuda financeira da entrevistada.

4.2 Análise das Respostas Individuais

Na segunda parte da entrevista foram aplicadas 15 perguntas aos entrevistados cujo objetivo era captar algumas informações sobre o tema pesquisado e que divididas em 4 grupos listados a seguir:

- (i) O que o entrevistado entende por educação financeira: neste tópico, pretende-se analisar o que o entrevistado tem como base para qualificar a educação financeira, e se possível, entender do entrevistado de onde ele captou este conhecimento, esta informação, ou seja, captar do entrevistado qual foi o gatilho que proporcionou a ele este entendimento;
- (ii) Qual é a percepção do entrevistado acerca do planejamento familiar: neste momento, pretende-se analisar se o entrevistado já aplica o orçamento familiar na sua rotina em casal, e elencado com esta apuração, entender se o entrevistado consegue enxergar e combinar a importância da educação financeira que ele tem, com o planejamento orçamentário que ele manuseia em suas rotinas.
- (iii) Entender do entrevistado se ele possui uma parte específica da sua renda destinada ao manuseio de um planejamento: se o entrevistado guarda dinheiro, se investe, se possui dívidas, se planeja e controla seus gastos, e se a sua realidade é fiel ao orçamento planejado.

(iv) Por fim, pretende-se analisar o que motivou o entrevistado a realizar o planejamento orçamentário, e o que vêm mantendo esta motivação ao entrevistado. Nesta resposta, pretende-se analisar se o entrevistado discute estas informações e este planejamento, e por fim, deseja-se que o entrevistado informe se vê importância e sentido neste planejamento, ou seja, se há diferença entre ter ou não ter este planejamento.

As duas primeiras perguntas realizadas pelo segundo bloco de questões buscava extrair e entender dos entrevistados qual era a sua relação com a EF – se já havia conhecimento por parte deles com relação ao assunto, e onde/quando se iniciou este processo de aprendizado. Todos os entrevistados responderam que conhecem o conceito, sabem explicar do que se trata, e consideram que é um tema relevante para o planejamento orçamentário.

Quando foram questionados sobre a procedência deste aprendizado na vida do entrevistado, a entrevistada 1 e o entrevistado 5 tiveram este primeiro contato na graduação do curso de administração, enquanto os entrevistados 2, 3, 4 e 6 já cresceram com este pensamento enraizado por diversos motivos, ou seja, a educação financeira já foi implementada na rotina destas pessoas quando mais novas, de forma mais precoce.

Conforme mencionado anteriormente neste trabalho, de acordo com o SPC BRASIL (2017), a falta de gestão financeira adequada nas famílias brasileiras é um dos principais motivos de endividamento familiar, que é devido à falta de acompanhamento rigoroso para alocar os recursos financeiros da família e não ter um plano para evitar o endividamento. Este foi o caso do entrevistado 6, que alegou na entrevista que sua família sempre teve dívidas, e foi exatamente este o motivo para que ele começasse a se mover e pesquisar sobre maneiras de não repetir os erros de sua família com relação às finanças e ele acredita que a resposta passa por muito planejamento e controle de gastos. Muito da influência em termos financeiros vem do exemplo. Os pais agindo financeiramente são uma fonte de exemplo, a maturidade das finanças tem que ser muito bem definida em termos de treinamento. Este treinamento, como o próprio nome diz, não acontece de forma natural. A natureza humana, muito pelo contrário, tem o objetivo de satisfazer objetivos que são momentâneos. É preciso, portanto, decidir em cima de metas de resultados que são capazes de serem atingidos.

A respeito da importância de controlar corretamente as finanças, é válido

ressaltar que o controle orçamentário permite que as famílias tenham maior perspectiva de futuro ao analisar seus resultados financeiros em determinado período, para planejar o futuro em condições realistas e mais voltadas ao cumprimento das metas da família. Os entrevistados 2, 3 e 4, principalmente, apresentam uma preocupação maior em controlar-se financeiramente, e não coincidentemente, são entrevistados que já cresceram com estas perspectivas da EF enraizadas em suas famílias, já possuíam uma familiaridade maior com o tema desde cedo.

Este primeiro entendimento levou às perguntas mais específicas sobre o planejamento dos entrevistados. Nas perguntas 3, 4 e 5 do segundo bloco, o objetivo foi entender se essas pessoas realizam um planejamento financeiro em casa, e como este planejamento está estruturado.

A entrevistada 1 alegou que realiza um planejamento financeiro, e a sua principal justificativa é que este tipo de planejamento é importante para conquistar coisas essenciais, como a casa própria. Ela se organiza por meio de uma planilha de gastos, e começou a organizar-se financeiramente quando perdeu o emprego e começou a viver uma fase difícil, em termos financeiros. Quando a entrevistada conheceu seu atual marido, ambos começaram a se planejar juntos para o casamento, e atualmente este planejamento se mantém. Dá para perceber no relato da entrevistada 1, que ela se propõe a cumprir um planejamento de gastos, mas conforme ela mesma informou mais adiante na entrevista, não consegue aplicar nenhum percentual da sua renda em investimentos, porque arca com sua faculdade e, juntamente com o seu marido, arca com as prestações do apartamento que compraram. Neste ponto, é importante frisar que, ainda que ela não tenha tido condições de investir um percentual da sua renda, o planejamento do casal permitiu que comprassem um apartamento, ou seja, já conseguiram conquistas que certamente só foram possíveis diante de um planejamento. Muitas pessoas têm, como seu principal investimento, sua moradia, sua casa. Ter seu imóvel próprio é um sonho que acalenta as pessoas, que se justifica pela importância que têm para o ser humano o abrigo, sua privacidade, a segurança e a possibilidade de permanecer ali, com segurança pelo resto da vida e ainda deixá-lo como herança para seus filhos, se for o caso.

Todos os outros entrevistados também realizam planejamento financeiro em suas moradias, com o adicional de que, estes sim, aplicam um percentual de suas

rendas em investimentos. Os entrevistados 2, 3, 4 e 5 se planejam de forma muito fiel enquanto casal. A entrevistada 6 confessa que tem um controle mais pessoal do que um controle junto ao seu marido, o que ainda é primitivo e pode gerar conflitos ou deixar de otimizar ao máximo o planejamento que este casal poderia ter. Nos casos em que o planejamento financeiro é realizado pelo casal, foi possível perceber, especialmente nas respostas dos entrevistados 2, 3 e 4 que este planejamento envolve responsabilidades – como reserva de emergência, compra de bens essenciais e aposentadoria, mas também existe uma preocupação em planejar-se em prol do lazer – viagens, vestuário e eventualidades deste tipo. Já na condição do entrevistado 5, esta separação entre responsabilidades e lazer ainda não acontece, dado o recente casamento dos dois. O que é importante destacar nas respostas apresentadas nesta parte da entrevista é que os casais precisam planejar-se e dedicarem suas rendas tanto para as responsabilidades – que são as mais importantes e críticas de malefícios quando não cumpridas, mas é importante planejar a separação de renda para o lazer, tanto quanto para responsabilidades, porque são estas separações e planejamentos que vão alavancar o casal e possibilitar que este processo seja produtivo e prazeroso.

Outro assunto que foi abordado nas perguntas 6 a 11 foi relacionado a qual tipo de investimento que os entrevistados costumam aplicar uma parte de sua renda. Os entrevistados 2, 4, 5 e 6 investem em fundos bancários. O entrevistado 2 investe 15% da renda do casal em renda fixa, e quando podem, investem mais. Este entrevistado 2 é o mesmo que já cresceu com esta mentalidade educada financeiramente, e hoje além de reservar estes 15% para investir, tem também a preocupação em formar uma reserva de emergência e ter dinheiro para viagens do casal também. Mais adiante, este entrevistado informou que investe em CDB, e ainda não conhece profundamente as formas de investir na Bolsa de Valores, mas apresenta interesse. Este é um caso que reforça que não é necessário realizar grandes investimentos, mas ter esta constância e disciplina em investir traz bons frutos e possibilita que o planejamento caiba todas as necessidades do casal.

Foi justamente o tema necessidades do casal o assunto abordado e analisado nas perguntas 12 a 15. O entrevistado 2 ainda abordou que a meta é não sair destes 15%, além de fazer compras a vista para conseguir bons descontos e não postergar o pagamento das faturas de cartão de crédito. Ainda no mesmo enfoque, a entrevistada 1, que já tem grandes dificuldades em manter um planejamento

orçamentário por conta do pagamento da faculdade e da prestação de seu apartamento, demonstra interesse em investir na Bolsa de Valores, mas não possui nenhuma estratégia de investimento, atualmente, o básico para ela, funciona: a entrevistada planeja os seus gastos, e se sobrar alguma quantia, ela simplesmente guarda em seu banco.

Os entrevistados 3 e 5 já possuem uma diversificação em seus investimentos. Ambos investem na Bolsa de Valores e possuem uma carteira diversificada. No caso do entrevistado 3, seu trabalho é comissionado, o que é excelente e possibilita que ele consiga investir melhor quando seu salário aumenta. Ainda assim, sua meta de investimento é 20% de seu rendimento. Ele alega que conhece um pouco de tudo sobre os investimentos em Bolsa de Valores, e suas metas são “não dever nada, manter as contas em dia e investir”. No atual contexto pandêmico, ele se demonstrou seguro e totalmente preparado para viver adversidades como esta. No caso do entrevistado 5, quando o casal decidiu morar juntos, já houve a criação de uma planilha com o objetivo de somarem seus ganhos, e encaixar nos projetos que o casal quer realizar. A particularidade deste entrevistado é que antes de se casar, ele já possuía uma quantia investida na Bolsa de Valores, mas agora, enquanto casados, o casal não consegue mais destinar nenhuma parte de sua renda para investimentos. Ou seja, os investimentos do entrevistado hoje são divididos entre ambas as partes dentro do casamento, mas não há aportes no momento. O entrevistado relata que hoje não sobra nenhum dinheiro porque o casal acaba de se mudar, e as saídas estão sendo grandes. Mesmo assim, faz parte dos planos do casal, futuramente, investir na Bolsa com melhores condições de separar um percentual da renda para este fim.

Por fim, os entrevistados 4 e 6 são mais conservadores, mas têm um certo percentual guardado e se planejam financeiramente. O entrevistado 4, inclusive, enfatiza que quando sua esposa engravidou, o que possibilitou a qualidade de vida do casal com a chegada do filho foi a reserva que eles já tinham, já que esta fase é uma fase de gastos altos, e além disso, houve o imprevisto de alguns problemas de saúde nos primeiros meses de vida do filho do casal. Este relato possibilita a análise da importância da reserva de emergência, que deve ser construída com este objetivo, e deve ser usada somente para fins de imprevistos, como este. O entrevistado fez uma observação pertinente: “poder dormir tranquilamente, não tem preço”. Este é o relato de um entrevistado que possui um investimento básico em CDB, porque é o

que proporciona segurança ao casal hoje em dia, e mesmo assim consegue arcar com todas as responsabilidades, separar um valor para o lazer, e ainda assim, investir o dinheiro para ganhos futuros ou possíveis imprevistos.

Por fim, o entrevistado 6, conforme mencionado, possui seu planejamento de forma mais individual, sem compartilhar com seu cônjuge, e alega que destina 20% de sua renda para os investimentos, que hoje são somente na poupança, e tem uma conta em um banco totalmente reservado para o depósito deste dinheiro, onde o entrevistado não mexe nesta quantia, apenas transfere para lá o seu percentual. Esta estratégia, para o entrevistado, permite que ele transfira o dinheiro, não mexa nele, não gaste e no final das contas, tenha maior conforto e segurança em saber que existe uma quantia guardada para futuros imprevistos.

5. CONCLUSÃO

Neste trabalho, o principal objetivo era de analisar e compreender a importância da EF na construção de planejamento orçamentário financeiro familiar. Este objetivo foi atingido com sucesso de acordo com as entrevistas aplicadas e as análises feitas. Pode-se verificar que, no geral, as pessoas possuem conhecimento acerca da EF, sabem sobre seus meios, sabem sobre a melhor maneira de planejar-se financeiramente, mas não o fazem.

Assim com base nos artigos pesquisados e nas entrevistas aplicadas foi possível concluir que A EF tem como objetivo promover e melhorar a consciência para a tomada de decisões relacionadas aos orçamentos pessoais e para administrar e utilizar seus recursos de forma correta e inteligente. A falta de uma gestão financeira adequada das famílias brasileiras é uma das principais razões para o endividamento das famílias, devido à falta de monitoramento rigoroso para alocar os recursos financeiros das famílias e à falta de planos para evitar o endividamento.

Outra conclusão da pesquisa foi que os entrevistados que apresentaram maior fidelidade aos seus gastos são os entrevistados 2 e 4, que coincidentemente, são mais velhos do que os outros entrevistados, e por isso, são mais vividos, possuem mais experiência e por isso, demonstrem um grau maior de maturidade.

No entanto, vale ressaltar que apesar de os resultados apontarem para uma perspectiva favorável entre as pessoas entrevistadas e o conhecimento da EF, percebe-se ainda que estas pessoas aplicam o conhecimento de forma muito superficial, abrindo brechas para algumas falhas que o conhecimento pleno da educação financeira não permitiria. A gestão inadequada e supervisão inadequada da alocação de recursos financeiros podem ser parte da razão para o aumento do nível de endividamento de algumas famílias, o que atualmente indica que o resultado orçamentário é negativo conforme abordado por vários autores pesquisados.

O trabalho apresentado foi útil para entender a importância do orçamento familiar com base em trabalhos pesquisados e nas entrevistas aplicadas que foi a metodologia escolhida para este estudo. Entender o dia a dia da família e entender como funciona sua mentalidade neste assunto, permite entender sobre seus gastos e problemas ou facilidades no âmbito financeiro.

Por meio da avaliação, os problemas familiares foram abordados,

reconhecidos e os resultados foram muito satisfatórios. Por fim, espera-se que este estudo possa ser, em próximas análises, ser aprofundado com base no aumento de dados e entrevistados analisados, com o objetivo de entender melhor a particularidade de cada um e aumentar o tamanho da amostra para apresentar resultados cada vez mais fiéis à realidade da população brasileira.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alessandra Batista de Melo Nóbrega. **Planejamento Financeiro Familiar E Orçamento Doméstico: prática e importância em um grupo no município de Cataguases – MG.** Cataguases, 2010. Faculdades Sudamérica. Disponível em: <http://www.sudamerica.edu.br/arquivos_internos/publicacoes/PLANEJAMENTO_FINANCEIRO_FAMILIAR_E_O_ORCAMENTO_DOMESTICO.pdf>. Acesso em: 16/12/2011.

MENDES, J. (2015). **Educação Financeira para uma melhor qualidade de vida.** Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=EDUCA%C3%87%C3%83O+FINANCEIRA+PARA+UMA+MELHOR+QUALIDADE+DE+VIDA&btnG=#d=gs_cit&u=%2Fscholar%3Fq%3Dinfo%3A11n7bHWGJJ8J%3Ascholar.google.com%2F%26output%3Dcite%26scirp%3D0%26hl%3Dpt-PT>

LOPES, F. F. M. (2012). **A importância do orçamento familiar.** Trabalho de Conclusão de Curso em Administração, Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Disponível em <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=A+import%C3%A2ncia+do+or%C3%A7amento+familiar&btnG=>>

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais.** In: BEUREN, I. M. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

HALLES, Claudia R.; SOKOLOWSKI, Rivelto; HILGEMBERG, Emerson M. **O Planejamento Financeiro como Instrumento de Qualidade de Vida.** Disponível em: 28 <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_gestao_orcamentaria_financeira_e_recursos_humanos/o_planejamento.pdf>. Acesso em 17/12/2011.

LIMA, T. C. S., MIOTO, R. C. T., **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Katál: Florianópolis, v.10, p. 37-45, 2007.

SOUZA, A. P., RAMIRO, R. A., **PLANEJAMENTO FINANCEIRO: Um Estudo Sobre a Aplicação do Orçamento Familiar em um Bairro na Cidade de Porto Velho.** TCC: Universidade São Lucas: Porto Velho, 2017.

SOUSA, F. H., **O Caráter Impositivo da Lei Orçamentária Anual e seus Efeitos no Sistema de Planejamento Orçamentário.** Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Pós-Graduação) – Universidade de Brasília, 2008.

CORDEIRO, N. J. N., COSTA, M. G. V., SILVA, M. N., **EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: uma perspectiva panorâmica.** Ensino de Matemática em Debate,

v.5, n.1, p.69-84, São Paulo, 2018.

LUZ, E. J. F., AYRES, M. A. C., MELO, M. A. S., **ORÇAMENTO FAMILIAR: UMA ANÁLISE ACERCA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA**. Humanidades e Inovação, v.16, n.12, Tocantins, 2019.

COLELLA, M. T., DUARTE, S. G. O., GONÇALVES, M. A., ROMANOW, I. O., SILVA, R. C., DEUS, C. F., **PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR: A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO E CONTROLE NO ORÇAMENTO FAMILIAR**. Itapeva, 2014.

FARIA, L. H. C. **PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL**. Uniceub, monografia: Brasília, 2008.

GIARETA, M. **PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: uma proposta de controle de fluxo de caixa para orçamento familiar**. UFRS: especialização em gestão de negócios financeiros, Porto Alegre, 2011.

JARDIM, A.P.L., SOARES, L.R.L. **ALTERNATIVAS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL**. Fait – Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva. Itapeva, 2020.

CHRISTY, F. **OS SEGREDOS DA MOTIVAÇÃO**. Coleção Sonhos Estratégicos, 2006.

PIRES, V. **FINANÇAS PESSOAIS – FUNDAMENTOS E DICAS**. Edição do autor. Piracicaba, SP, 2007.

SOUSA, Almir Ferreira. **A Gestão dos Próprios Recursos e a Importância do Planejamento Financeiro Pessoal**. [s.d.] Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Finan%E7as/FIN01-_A_gest%E3o_dos_pr%C3oprios_recursos.PDF>. Acesso em 17/12/2011.

TEIXEIRA, Karla Maria Diamantina. **A Administração de Recursos na Família: Quem? Como? Por Que? Para Que?** Viçosa: UFV, 2005.15 p.

LOVATO, Bruno N. **Finanças pessoais: investimentos de renda fixa e renda variável**, Florianópolis (SC), 2011. 66 páginas. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina.

ANEXO I – QUESTIONÁRIO

1. Qual é a sua idade?

2. Você está em qual período do curso de Administração?

3. Qual é o seu gênero? Caso prefira não informar, pode me dizer “prefiro não falar sobre isso”.

4. Para participar desta entrevista, selecionamos pessoas casadas. Afirmando ser casado (a), quanto tempo de casado você tem?

5. Vocês têm filhos ou dependentes? Se sim, quantos?

6. Vocês moram juntos? Sozinhos, ou com mais alguém?

7. Você já ouviu falar sobre Educação Financeira? Se sim, o que você entendeu por Educação Financeira?

8. Como foi o seu processo de entendimento com relação à Educação Financeira? Como você começou a entender sobre este assunto? Como foi essa percepção? O que alavancou essa percepção?

9. Para você, é importante ter um planejamento familiar?

10. Você realiza planejamento familiar? Se não, explique o motivo de não ter. o que falta para que você comece a fazer esse planejamento?

11. Se caso afirmativo, quando é que você começou a ter ciência da importância de se planejar financeiramente? Se a educação financeira foi importante para que fizesse o planejamento familiar?

12. Como está estruturado seu planejamento familiar? Além das entradas e gastos você destina parte para fazer algum investimento? Qual

13. Qual percentual da sua renda?

14. Com um planejamento familiar você acredita que seja mais fácil alcançar seus objetivos ou não faz diferença?

15. Ter conhecimento sobre Educação Financeira, facilita o planejamento familiar?

16. Você já possui algum investimento? Qual? Que tipos de investimento você conhece?

17. Levando em conta a atual realidade mundial, inclusive com a pandemia, fato que é totalmente novo para nós, qual a importância de você se planejar financeiramente?

18. O que motivou a fazer o planejamento financeiro?

19. Você tem alguma estratégia definida? Ou seja, você realiza o seu planejamento financeiro com base em um método definido? Pode me explicar melhor?

20. Você faz um controle desse planejamento? Você discute com alguém o planejamento financeiro?

21. Você deseja fazer algum comentário adicional?
